

em cada caso inspirados nas "condições e exigências" do respectivo Estado, apresenta o seu plano de reforma administrativa ao Governo local. Assim sucedeu relativamente aos D.S.P. já criados nos Estados do Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Baía, Estado do Rio, Goiaz, e São Paulo e igual critério presidiu a colaboração que atualmente está sendo prestada ao Estado do Espírito Santo.

A "iniciativa" e a "liberdade de administrar" permanecem, pois, integralmente com os Estados, os quais, no uso mesmo das citadas prerrogativas, solicitam, quando julgada necessária, a colaboração técnica do D.A.S.P.

Por outro lado, essa colaboração não se exerce somente entre o D.A.S.P. e os D.S.P. estaduais, senão que

entre os próprios D.S.P., os quais vêm procurando manter, também entre si, um intenso intercâmbio. Ainda recentemente, o diretor geral do D.S.P. da Baía, segundo comunicação que dirigiu ao D.A.S.P., remeteu circular a todos os seus colegas, diretores de órgãos congêneres, propondo e solicitando a permuta de publicações, revistas, boletins, etc.

E' o que me cumpre esclarecer, reiterando a grata impressão causada pelo acerto dos seus brilhantes comentários.

Aproveito a oportunidade para apresentar a v. s. os protestos de estima e consideração com que me subscrevo.

— (a) *Luiz Simões Lopes*, Presidente".

O aproveitamento dos cegos nos serviços públicos

Carinhosa homenagem desses nossos patrícios ao Presidente da República, aos Ministros da Marinha e do Trabalho e ao Presidente do DASP

Na tarde de 30 de julho p. p., os cegos do Brasil prestaram carinhosa homenagem ao Presidente da República pelas providências determinadas por S. Ex. no sentido de serem eles aproveitados nos serviços públicos. Essa homenagem foi extensiva aos Ministros da Marinha e do Trabalho e ao Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Segundo declarou à imprensa o Sr. Jorge de Lacerda, presidente da Associação Aliança dos Cegos do Brasil, essa manifestação desses nossos patrícios era motivada pela gratidão dos mesmos ao Presidente Getulio Vargas, por ter sido S. Ex. o patrono de suas reivindicações; ao Ministro Aristides Guilhem, por lhes haver proporcionado trabalho em várias dependências do Ministério da Marinha; ao Ministro Marcondes Filho, por lhes permitir, sendo artífices, a inscrição no Instituto dos Comerciários; e ao Sr. Luiz Simões Lopes, Presidente do D.A.S.P., pelo encaminhamento dos cegos ao serviço público.

Depois de se reunirem na sede daquela Associação, dirigiram-se os manifestantes para o centro da cidade, em ônibus especiais, até o Largo de São Francisco, de onde, acompanhados por elementos da Legião Brasileira de Assistência, rumaram para o Catete, empunhando a Bandeira Nacional e vários dísticos, entre os quais se destacava um com os seguintes dizeres: "Ao Presidente Vargas os cegos agradecem a alegria do trabalho que dêle receberam".

Recebidos pelo Presidente da República no Palácio do Catete, falou em nome dos manifestantes

o professor cego José Espínola Veiga, que é formado pelo Instituto Benjamim Constant. O professor Veiga, ao saudar o Sr. Getulio Vargas, salientou de início que fôra S. Ex. o primeiro Chefe de Estado a se preocupar com a sorte dos que vivem imersos em trevas perpétuas. Acentuou que o Presidente da República, proporcionando trabalho honrado aos cegos, vinha ao encontro de uma antiga aspiração, porque eles preferiam estar integrados na sociedade, ganhando o pão de cada dia, a viver em asilos, embora com conforto, sustentados pela caridade pública.

Falou em seguida o operário José Pereira dos Anjos, que trabalha no Arsenal de Marinha. Leu seu discurso em Braille, lembrando que, além das obras que mandara realizar no Instituto Benjamim Constant, o Sr. Getulio Vargas já havia proporcionado aos cegos uma biblioteca que atendia, em todos os recantos do país, a milhares de outros cidadãos, e uma revista que lhes era muito útil. Agora, ao lhes proporcionar trabalho, com o que não mais necessitavam da caridade pública, S. Ex. lhes dava a certeza de que para o resto da vida estavam integrados na vida do povo brasileiro e que não eram mais simples párias na sociedade.

A seguir, manteve-se o Presidente da República em palestra com os visitantes, havendo a comissão, por fim, feito entrega ao Chefe do Governo de uma lembrança, trabalho executado pelos cegos em atividade no Arsenal de Marinha, com esta inscrição no alfabeto Braille: "Deus guarde a vida de Getulio Vargas".

Do Catete, os manifestantes se encaminharam para o Ministério da Marinha, afim de agradecer



No Gabinete do Ministro da Marinha, o Sr. Luiz Simões Lopes foi presenteado, pelos cegos do Brasil, com um volume do Estatuto dos Funcionários traduzido para o sistema Braille

ao titular desta pasta o aproveitamento dos cegos nas indústrias de guerra do Arsenal de Marinha e no Serviço de Encadernação da Imprensa Naval. Precedidos da banda de música do Corpo de Bombeiros, e ainda acompanhados de voluntárias da Defesa Passiva, desfilaram pela Avenida Rio Branco, em direção à sede daquela Secretaria de Estado. À frente, o Sr. Jorge de Lacerda, representante da Aliança dos Cegos do Brasil, empunhando o pavilhão nacional e ladeado por duas legionárias. Seguia-se um dístico com os seguintes dizeres: "Os cegos são agradecidos ao Almirante Aristides Guilhem, que abriu para êles as portas das indústrias de guerra".

No salão nobre do Ministério da Marinha, foram os cegos recebidos pelo Ministro Guilhem, o qual se achava acompanhado do Sr. Luiz Simões Lopes, Presidente do D.A.S.P., e do Sr. João Batista de Alencastro Massot, representante do Ministro da Educação, além de todo o seu gabinete militar, dos representantes da Legião Brasileira de Assistência e de outras autoridades civis e militares.

Em nome dos trabalhadores cegos do Brasil, o professor João Alfredo Lopes Braga, diretor do Instituto Benjamim Constant, manifestou ao titu-

lar da Marinha o agradecimento de todos pela possibilidade, que lhes proporcionou, de ingressarem nas oficinas do Arsenal de Marinha.

Seguiu-se com a palavra o professor Espínola Veiga que, em vibrante improviso, enalteceu a providência do Ministro Guilhem em favor dos seus infortunados camaradas e elogiou a acertada orientação educacional que o governo do Presidente Vargas vem proporcionando aos infelizes privados da visão, salientando também a ação, no mesmo sentido, do Sr. Luiz Simões Lopes, que, no seu dizer, é o amigo número um dos cegos.

O Sr. Luiz de Azevedo, um dos cegos presentes, leu pelo sistema Braille uma sugestiva oração, também encarecendo as providências tomadas pelo governo em favor de seus irmãos de infortúnio.

O Sr. Napoleão Simão saudou, em nome de seus companheiros, o Sr. Luiz Simões Lopes, dizendo que o Presidente do D.A.S.P. é credor da simpatia e do reconhecimento carinhoso dos cegos, porque permitiu aos mesmos tomarem parte nos concursos para ingresso no serviço público. Em seguida, fez a entrega ao Presidente do D.A.S.P. de um volume do Estatuto dos Funcionários Pú-

blicos traduzido para o sistema Braille e com a seguinte dedicatória: "Ao Sr. Luiz Simões Lopes, Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, gratidão pelo muito que tem feito pelos cegos do Brasil".

Destacando-se da numerosa assistência, um operário cego do Arsenal de Marinha, Ademar Norton, ofereceu ao Ministro Aristides Guilhem, em nome de seus companheiros que militam naquele estabelecimento industrial de nossa Marinha de Guerra, uma vassoura tôda confeccionada com as côes da Bandeira Nacional.

O Sr. Luiz Simões Lopes, usando da palavra, agradeceu as homenagens de que fôra alvo e reafirmou aos cegos ali presentes que o Governo Nacional, com as medidas ora tomadas, estava efetivando o programa de integração de todos os cegos na sociedade comum, fazendo de cada um dêles um cidadão útil à Pátria. Focalizando o gesto do Ministro da Marinha, declarou que o Almirante

Guilhem acabava de prestar, não só aos cegos mas a toda a sociedade brasileira, um grande exemplo de solidariedade humana, que há de ser seguido por todos os demais administradores.

Encerrando a comovente e significativa cerimônia, o Ministro da Marinha, muito sensibilizado, agradeceu a homenagem dos seus patrícios infelizes pela cegueira, dizendo que, em tôda a sua vida pública, nenhuma outra manifestação lhe fôra mais carinhosa do que aquela que acabava de receber dos cegos brasileiros. Acrescentou que, ao mesmo tempo, a sua felicidade era imensa, porque sabia que o Estado Nacional, superiormente dirigido pelo Presidente Vargas, estava colocando no mesmo plano dos demais homens os nossos cegos, e que, relativamente à admissão dos mesmos nos serviços de guerra do Arsenal de Marinha, nada mais fizera do que executar ordens expressas do Sr. Presidente da República, que nunca esqueceu seus compatriotas cegos.

II Conferência Inter-Americana de Advogados

Conclusões aprovadas pela Comissão de Direito e Processo Administrativos

A *Revista do Serviço Público* acompanhou com interesse os trabalhos da II Conferência Inter-Americana de Advogados, que congregou no Rio de Janeiro, na primeira quinzena de agosto último, especialistas de 21 países das Américas, interessados na discussão de problemas fundamentais do Direito. Entre as várias comissões constituídas, figurava a de Direito e Processo Administrativos, cujos estudos mais de perto interessam às finalidades desta Revista.

A referida Comissão, que foi presidida pelo Sr. Horácio H. Heredia, delegado da Argentina, e secretariada pelo Sr. C. A. Lúcio Bittencourt, delegado do Brasil, debateu cinco teses, subordinadas aos seguintes títulos:

- 1) "A Proteção Judicial Ulterior nos Litígios Administrativos", do Sr. Aparício Mendez, delegado do Uruguai;
- 2) "Necessidade e Conveniência de se Legislar sobre o Contencioso Administrativo, Criando os Respective Tribunais e Regulando o seu Processo", dos Srs. Horácio H. Heredia e Júlio Ojea, delegados da Argentina;
- 3) "Importantes Desenvolvimentos na Regulamentação dos Serviços de Utilidade Pública, Desde a Reunião de Havana de 1941", do Sr. Edwin D. Ford, delegado dos Estados Unidos;

4) "A Terminologia e o Conceito de Direito Administrativo", do Sr. C. A. Lúcio Bittencourt, delegado do Brasil;

5) "A Delegação de Funções Normativas e Quasi Jurisdicionais aos Órgãos da Administração, como um Imperativo Democrático", do Sr. C. A. Lúcio Bittencourt, delegado do Brasil.

Na discussão intervieram, repetidamente, os Srs. Aparício Mendez, delegado do Uruguai; Júlio Ojea e Horácio Heredia, da Argentina; Edwin D. Ford e George Hufsmith, dos Estados Unidos da América; Temístocles Cavalcanti, Bilac Pinto, Osvaldo Aranha Bandeira de Melo, Ascendino da Cunha, Olímpio de Carvalho, Sizinio Rodrigues, Leal Mascarenhas, Borges Sampaio e C. A. Lúcio Bittencourt, do Brasil.

As conclusões aprovadas pela Comissão e ratificadas pela sessão plenária foram as seguintes:

I. Recomenda que os conflitos decorrentes da atividade administrativa devem ser decididos, em princípio, por tribunais especializados, qualquer que seja a sua posição na estrutura do Estado.

II. Recomenda que, nas próximas Conferências, a "Comissão de Direito e Processo Administrativos" passe a deno-